

Haroldo Holanda

Riscos políticos rondam Ulysses

As razões de Estado que no momento são invocados deixam em plano absolutamente secundário todas as considerações de ordem legal e ética que desaconselhariam a reeleição do deputado Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara. O PMDB, partido a que pertence o deputado Ulysses Guimarães, enquanto esteve na oposição, fez do cumprimento estrito dos princípios legais uma de suas bandeiras de luta. O texto da Constituição que disciplina o assunto é bastante explícito: não se permite a reeleição dos membros da Mesa da Câmara. No entanto, através de uma interpretação cavilosa da Constituição, promoveu-se modificação no Regimento Interno da Câmara, segundo a qual não haveria impedimentos à reeleição, embora com a ressalva de que não ocorresse na mesma legislatura. No entanto, desde que perdura na Constituição o termo impeditivo, não há um só precedente a justificar as razões que levam Ulysses Guimarães a pleitear sua recondução ao posto em questão.

O argumento frequentemente invocado é o de que não se justificaria a existência paralela de dois comandos, um na Câmara e outro na Constituinte. Então, por que razão, na época apropriada, o deputado Ulysses Guimarães não se bateu pela convocação de uma Constituinte autônoma, a ser dissolvida tão logo ela cumprisse sua missão de elaborar a nova Constituição? Este teria sido o caminho mais lógico, mas que o próprio PMDB e o governo a que ele serve repeliram, temendo naturalmente pelas consequências reformistas no plano político de uma Constituinte com essa amplitude e alcance. Todos se recordam da batalha parlamentar que as lideranças do PMDB na Câmara travaram para ver recusado parecer do deputado Flávio Bierrenbach convocando a Constituinte Autônoma. Nos termos da atual convocação, a Constituinte se reveste fundamentalmente de caráter congessual. Câmara e Senado continuarão desenvolvendo suas atividades normais. Um terço do Senado eleito em 82, quando não se cogitava ainda de convocar a Constituinte, estará integrado em seus quadros, participando da elaboração do novo texto constitucional.

As forças que constituem o presente establishment brasileiro — aí incluídos os governadores eleitos, o Palácio do Planalto e o próprio PMDB — encontram-se mobilizados para promover a reeleição de Ulysses para a presidência da Câmara, que ele exercerá cumulativamente com a presidência da Constituinte. É provável ou quase certo que o deputado Ulysses Guimarães venha a vencer essa batalha. Mas o deputado Fernando Lyra, ao apresentar-se como seu concorrente, poderá no curso da luta a ser travada, deixar Ulysses em posição bastante desconfortável perante os olhos da opinião pública nacional que ele tanto cultivou. Em várias oportunidades, Lyra já demonstrou ser homem disposto a enfrentar

ANC 88

Pasta Dezembro/86

099

desafios. Dotado de extraordinária sensibilidade política, ele sabe tirar dos acontecimentos o melhor proveito possível. Não cabe, portanto, subestimar o adversário. Embora as circunstâncias sejam outras, é oportuno recordar que há quase dois anos o mesmo Ulysses por pouco não perdeu as eleições para a presidência da Câmara para o deputado Alencar Furtado, que resolveu desafiar-lo.

No curso dos últimos meses, numa operação política de by-pass, Ulysses tentou salvar a Constituinte, segundo seus amigos, mas não encontrou maior receptividade às suas idéias, especialmente no seio do seu partido. Propôs que no período de funcionamento da Constituinte, Câmara e Senado permanecessem em recesso. A legislação ordinária, de iniciativa do governo, seria apreciada e votada por comissão especial constituída por deputados e senadores. Mas vários parlamentares, notadamente senadores, insurgiram-se contra o recesso branco a ser imposto ao Senado e à Câmara, o que inviabilizou o projeto de Ulysses.

Luta interna

O grupo mais conservador do PMDB, bastante ligado no passado ao falecido presidente Tancredo Neves, está se articulando para fazer com que o governo do presidente Sarney seja pressionado a adotar uma política econômica de caráter ortodoxo, na linha preconizada no início da Nova República pelo ex-ministro Francisco Dornelles. A principal alegação apresentada é a de que as medidas econômicas heterodoxas aplicadas até aqui não alcançaram os resultados desejados, tendo em vista que a inflação voltou a registrar níveis inquietantes, enquanto as reservas cambiais do país caíram de forma assustadora. De acordo com os que pensam assim, muitos deles mineiros, faz-se necessário colocar à frente da economia brasileira um político do PMDB, que embora seja ligado ao grupo progressista do partido, tenha suficiente flexibilidade para implantar uma política econômica mais realista e melhor afinada com o pensamento ortodoxo.

Não se acredita, no seio desse grupo do PMDB, que o Brasil obtenha um acordo com os banqueiros internacionais sem se submeter às normas do FMI, especialmente no que tange ao monitoramento de nossa economia. Isso revela como as questões econômicas irão nos próximos meses sacudir e dividir internamente o PMDB. Os grupos progressistas do partido não admitem, por sua vez, qualquer tipo de política que implique em recessão econômica, ou diminuição do poder aquisitivo da população brasileira.